



Equidade no Território: as dimensões do acesso à saúde

Série Diálogos Interdisciplinares 2
PPGICS/ICICT/FIOCRUZ

Equidade no território: as dimensões do acesso à saúde

(Série Diálogos Interdisciplinares 2 –
PPGICS/ICICT/FIOCRUZ)

Carla Paolucci Sales
Clarisse Castro Cavalcante
Daniela Corrêa e Castro de Carvalho
Daniela Savaget Barbosa Rezende
Eliane Bardanachvili
Maria Cristina Soares Guimarães
Miguel Romeu Amorim Neto
Stéphanie Lyanie de Melo e Costa
(Organizadores)

Centro de Informação Científica e Tecnológica - CICT
Rio de Janeiro
2017

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA EM SAÚDE**

Presidente da FIOCRUZ
Paulo Gadelha

Diretor do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Umberto Trigueiros Lima

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde
(PPGICS)
Katia Lerner

Coordenadora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde
(PPGICS)
Maria Cristina Soares Guimarães

Chefe da Gestão Acadêmica - Secretaria Acadêmica
Luciana Martins

Secretária Acadêmica do Stricto Sensu
Tatiane Vieira Ferreira

Coordenadora das Disciplinas de Seminários Avançados de Pesquisa I e II
Maria Cristina Soares Guimarães

Revisão e Supervisão Editorial
Maria Cristina Soares Guimarães

Revisão Geral
Stéphanie Lyanie de Melo e Costa

Capa
Vera Lúcia Fernandes de Pinho – Programadora Visual Ascom/Icict/Fiocruz

Diagramação e Finalização
Miguel Romeu Amorim Neto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E64 Equidade no território: as dimensões do acesso à saúde [recurso eletrônico] /
Carla Paolucci Sales... [et al.] (Organizadores) – Rio de Janeiro: Editora
ICICT/FIOCRUZ, 2017.
52 p. : il. – (Série Diálogos Interdisciplinares 2 –
PPGICS/ICICT/FIOCRUZ)

Modo de acesso: World Wide Web.
Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-69295-06-8

1. Equidade em saúde. 2. Determinantes sociais da saúde. 3. Acesso aos serviços de saúde. 4. Análise de situação – Política. I. Sales, Carla Paolucci.

CDD 362.1042

Agradecimentos

A Claudia Travassos, Giuseppe Cocco e Paulo Buss, por terem aceitado fazer parte deste *e-book*.

À professora Maria Cristina Soares Guimarães, por seus questionamentos instigantes e incentivos.

À Gestão Acadêmica do PPGICS (Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde), ao ICICT (Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde) e à VideoSaúde da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), por nos ajudarem a tornar possível o seminário “Equidade no Território: as dimensões do acesso à saúde”.



Da esquerda para a direita: Miguel Romeu Amorim Neto, Eliane Bardanachvili, Daniela Savaget Barbosa Rezende, Daniela Corrêa e Castro de Carvalho, Carla Paolucci Sales, Giuseppe Mario Cocco, Claudia Maria de Rezende Travassos, Stéphanie Lyanie de Melo e Costa, Clarisse Castro Cavalcante e Paulo Marchiori Buss.

Sumário

Prefácio	5
Sobre os palestrantes	11
Apresentação	14
Governança global em tempos de desigualdade e iniquidade	25
As dimensões do capitalismo e o território subjetivo	45

Prefácio

Este *e-book* é fruto das discussões promovidas no seminário “Equidade no Território: as dimensões do acesso à saúde”, ocorrido em 30 de junho de 2016, no auditório do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (ICICT/Fiocruz), na cidade do Rio de Janeiro. O evento, promovido por nós – alunos de doutorado da turma de 2015 do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS/Fiocruz), no âmbito da disciplina Seminários Avançados de Pesquisa –, contou com a participação dos palestrantes Paulo Marchiori Buss e Giuseppe Mario Cocco, da mediadora Claudia Maria de Rezende Travassos, e de uma plateia de aproximadamente 50 pessoas, de diferentes formações acadêmicas.

O intuito do seminário era discutirmos uma temática afim às nossas pesquisas individuais de doutoramento – isto é, algo que contemplasse e dialogasse com os objetos de investigação de cada integrante da turma – e, assim, pudesse contribuir para iluminar nossas trajetórias. Como somos um grupo tão interdisciplinar, este foi sem dúvida nosso grande desafio. Em um primeiro exercício no qual buscamos traduzir em palavras-chaves nossos temas individuais,

certa unidade começou a se delinear: “inclusão”, “direitos”, “cuidado”, “determinação social” (e não só biomédica) da saúde, “comunidade”, “acesso” e, como não poderia deixar de ser, “comunicação” e “informação”.

Concluimos – não sem algum debate, orientado pela professora da disciplina, Maria Cristina Soares Guimarães – que o tema “Equidade no Território” seria potencialmente capaz de abrigar nossos anseios. A partir do debate sobre as dimensões reais e simbólicas do acesso à saúde em contextos e a partir de necessidades diversas, poderíamos tratar do papel do Estado, do risco em saúde, de discursos e subjetividades, de meio ambiente, saúde e doença, epidemias, doenças negligenciadas, desigualdades da saúde, relação público-privado, efetividade de acesso – para citar algumas interações possíveis com o universo de pesquisa de cada doutorando da turma. Dessa forma, entendemos o território em sentido amplo, não só geográfico, e o acesso à saúde não só no que diz respeito ao acesso a serviços de saúde. Interessamo-nos especialmente em debater configurações do território e das comunidades, muitas vezes negligenciadas, que constituem e influenciam sobremaneira o acesso à saúde dos cidadãos – portanto, questões que antecedem a entrada do indivíduo nos serviços de saúde, estando a comunicação e a

informação na base desse processo. Assim, buscamos contribuir para ampliar o debate acerca das dimensões do acesso à saúde.

A equidade pode configurar-se como uma articulação entre a igualdade e a justiça no que se refere ao acesso à saúde. Em relação às ações e aos serviços de saúde, representa uma preocupação de atender os indivíduos "de acordo com as suas necessidades, oferecendo mais a quem mais precisa e menos a quem requer menos cuidados" (PenseSUS¹). Essas nuances podem ser observadas e compreendidas com mais clareza conhecendo-se os territórios nos quais os diversos públicos estão inseridos, considerando a influência dos aspectos culturais, educacionais e socioeconômicos. Assim, os territórios são dimensões que podem (re)significar o conceito e a promoção da equidade. Acreditamos que a saúde, ou as saúdes, e os diversos entendimentos que permeiam esse universo precisam considerar os territórios como organizadores de seus fluxos, pois resguardam especificidades sem as quais é impossível pensar em uma perspectiva integral de oferta de saúde em seus diferentes dispositivos, sejam eles físicos ou simbólicos.

O tema do evento foi abordado pelos palestrantes de forma abrangente e marcada, principalmente, por questões econômicas e

1 <http://pensesus.fiocruz.br>

políticas da atualidade – mormente, o Brexit² na União Europeia, o afastamento da presidenta Dilma Rouseff no Brasil, e o crescimento do neoliberalismo. Paulo Buss trouxe contribuições para um sentido global de território: a crise econômica que hoje impacta as políticas sociais de maneira tão contundente não tem início e nem fim no Brasil. Somos, por assim dizer, um território político e social que existe e resiste (ou não) aos domínios globais da crise. Quais os rumos desse fluxo? Já Giuseppe Cocco sugeriu ser preciso reinventar o território, produzi-lo a partir de novas e pungentes subjetividades, e não apenas como rota de passagem da exploração capital. O território somos todos nós, que produzimos conhecimento nos lugares sociais que ocupamos. Claudia Travassos, nossa mediadora, estava certa: impossível não explorar o tema a partir de uma interpretação ampla, especialmente na conjuntura política que vivenciamos agora, com profundas ameaças à democracia e às conquistas sociais.

Nas próximas páginas deste livro, o leitor vai poder conhecer as considerações da mediadora e dos palestrantes sobre o tema do

2 Brexit é a abreviação da expressão inglesa Britain Exit (“Saída Britânica”, na tradução literal). Refere-se ao plano que prevê a saída do Reino Unido da União Europeia (UE), votado a partir de um referendo popular (plebiscito) em 23 de junho de 2016. Com 51,9% dos votos, a maioria dos cidadãos britânicos optou pelo Brexit, contra 48,1% que apoiaram a permanência do Estado na União Europeia.

evento. Para mais bibliografia acerca do assunto e para assistir ao seminário na íntegra (incluindo o debate motivado por indagações da plateia após as falas), convidamos a que acesse nosso site³

Esperamos, assim, poder contribuir com o leitor. Boa leitura!

Carla Paolucci Sales

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2993416568682216>

Clarisse Castro Cavalcante

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8379895966114273>

Daniela Corrêa e Castro de Carvalho

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0600413978365387>

Daniela Savaget Barbosa Rezende

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5988884309626550>

Eliane Bardanachvili

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4266915350446748>

Miguel Romeu Amorim Neto

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1534801764781261>

Stéphanie Lyanie de Melo e Costa

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7722331154168129>

3 <https://sites.google.com/site/seminariosavancadosppgics2016/>

Sobre os palestrantes

Giuseppe Mario Cocco – Professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, integrante do Programas de Pós-Graduação da Escola de Comunicação (ECO-UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência de Informação (Ibict/UFRJ). Editor das revistas *Global Brasil*, *Lugar comum* e *Multitudes* (de Paris). Coordena as coleções *Espaços do Desenvolvimento* e *A Política no Império*. Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em Política Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, comunicação, globalização, cidade, fordismo e cidadania. Publicou com Antonio Negri o livro *Global: Biopoder e lutas em uma América Latina globalizada*. Seu último livro é *KORPOBRAZ: Por uma política dos corpos*.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5331547205905799>

Paulo Marchiori Buss – Coordenador do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz, representa o Brasil no Conselho de Saúde da Unasul (União de Nações Sul-Americanas) e na Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Recentemente, foi nomeado membro do painel da Comissão de Alto Nível de Avaliação de Equidade e Desigualdades na Saúde nas Américas, da Organização Pan-Americana da Saúde. Desde 1976, é pesquisador e professor titular da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

(Ensp/Fiocruz). Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Isalud, da Argentina, e pela Universidade Nova de Lisboa, de Portugal. Em 2010 e 2011, foi vice-presidente do Comitê Executivo da Organização Mundial da Saúde, representando o Brasil entre 2008 e 2011. Foi presidente da Fiocruz de 2001 a 2008, e diretor da Ensp/Fiocruz por duas vezes. Recebeu da Presidência da República a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Médico e a Ordem de Rio Branco, esta por relevantes serviços prestados à política externa.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5771733693652268>

Claudia Maria de Rezende Travassos – Pesquisadora titular do Laboratório de Informações em Saúde (LIS) do IciCT/Fiocruz. Desenvolve pesquisa em Saúde Coletiva, nos seguintes temas: equidade, avaliação de sistemas e serviços de saúde, acesso e utilização de serviços de saúde, qualidade do cuidado de saúde e segurança do paciente, e comercialização do cuidado de saúde. É membro do corpo editorial do *International Journal for Equity in Health* e editora Emérita do *Cadernos de Saúde Pública*, da Fiocruz. Foi membro do Comitê Científico do Observatório sobre Iniquidades em Saúde, em 2010 e 2011, e do comitê executivo da Sociedade Internacional para a Equidade em Saúde, em 2006 e 2007. Participou do Grupo Técnico que elaborou os Suplementos Saúde da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) em 1998, 2003 e 2008. Foi fundadora e coordenadora do Centro Colaborador para a Qualidade do Cuidado e a Segurança do Paciente (Proqualis), do qual é hoje consultora.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5585204991017721>

Apresentação

Claudia Maria de Rezende Travassos

Ao abrir o seminário "Equidade no Território: as dimensões do acesso à saúde", fiz algumas considerações sobre o tema proposto para debate. Reproduzo-as resumidamente abaixo.

Acesso a serviços e cuidado de saúde é uma questão que historicamente surge associada à preocupação com a redução de desigualdades sociais no consumo de serviços de saúde. Acesso, neste caso, é um conceito multidimensional. Dentre as dimensões fundamentais do acesso, estão a disponibilidade e a acessibilidade geográfica aos serviços. Esta última remete diretamente à relação do acesso a serviços com o território. Porém, outros fatores – como a renda das pessoas (capacidade de pagar) e a aceitabilidade – podem mudar o efeito da acessibilidade geográfica na capacidade das pessoas de obter cuidado de saúde quando dele necessitam. A renda é capaz de possibilitar o acesso a serviços, mesmo quando estes estão disponíveis apenas em localidades distantes da residência dos que podem pagar por estes serviços. Portanto, acesso equitativo aos serviços de saúde depende de políticas públicas que distribuam

serviços no território segundo a necessidade de saúde das pessoas, mas que simultaneamente reduzam as barreiras financeiras para o uso destes serviços de saúde. A equidade diz respeito à justiça social, sendo um princípio com conteúdo político implícito.

Considerando a conjuntura política nacional à época do seminário, caracterizada pelo processo de *impeachment* da Presidenta da República Dilma Rousseff, assim como a conjuntura internacional – com a então recente vitória do *referendum* sobre o Brexit¹ (saída do Reino Unido da União Europeia) –, achei importante destacar, ainda que pontualmente, alguns elementos da conjuntura política que avalio como desafios atuais e mesmo como impedimentos para a implementação de políticas voltadas à equidade no acesso a serviços e cuidado de saúde.

Evito o termo "acesso à saúde", tal como aparece no título deste seminário, pois saúde é uma condição muito ampla e intangível que, penso, não deve ser reduzida a algo que se tem ou não, como o acesso aos serviços e ao cuidado de saúde.

1 Nota dos organizadores deste livro: Brexit é a abreviação da expressão inglesa Britain Exit (“Saída Britânica”, na tradução literal). Refere-se ao plano que prevê a saída do Reino Unido da União Europeia (UE), votado a partir de um referendo popular (plebiscito) em 23 de junho de 2016. Com 51,9% dos votos, a maioria dos cidadãos britânicos optou pelo Brexit, contra 48,1% que apoiaram a permanência do Estado na União Europeia.

Contexto mundial:

- Desigualdades sociais: o padrão atual do capitalismo caracteriza-se por crescentes desigualdades sociais, particularmente nos países ricos. Escrevo este texto dias após a inesperada vitória de Donald Trump para a Presidência dos Estados Unidos da América – que, tal como o Brexit, é vista por vários analistas como associada à insatisfação de trabalhadores com seus empregos precarizados e seus salários achatados, resultantes do neoliberalismo inaugurado por Margaret Thatcher e Ronald Reagan. Nos Estados Unidos, os salários em torno da mediana têm se mantido estagnados em termos reais por quase quarenta anos, enquanto o 1% no topo da renda teve a sua participação na renda total aumentada significativamente.
- Concentração de riqueza: vivemos um cenário que nunca foi tão favorável às pessoas mais ricas do mundo. Desde 2009, mais de 4,5 milhões de pessoas tornaram-se novos milionários, alcançando o total de 15,4 milhões de milionários em todo o mundo em 2015. Juntos, os super-ricos concentram riqueza 150 vezes maior que a soma do PIB (produto interno bruto) dos países mais pobres do mundo.
- Poder: acompanhando a concentração de riqueza, há uma enorme concentração de poder e de influência política. O capitalismo global tem se caracterizado também por acordos comerciais negociados a portas

fechadas – como o TTIP (Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento)² –, que afetam diretamente a democracia em cada país.

Contexto brasileiro:

- Desigualdades sociais: a desigualdade social é uma das características mais marcantes do Brasil, já que somos um dos piores países do mundo em desigualdade de renda. Embora tenhamos tido a oportunidade de termos sido a oitava potência econômica do mundo há alguns anos, continuávamos carregando a tocha de oitavo país com maior índice de desigualdade econômica. Entretanto, políticas públicas implementadas durante os governos petistas ocasionaram expressiva mudança social no país e obtiveram alguma redução do Coeficiente de Gini³.
- Políticas públicas: no pós-*impeachment*, tem ocorrido um desmonte de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades sociais. Medida como a PEC 55⁴ – que propõe que as despesas primárias do

2 Nota dos organizadores do livro: o TTIP é uma proposta de acordo de livre comércio entre a União Europeia e os Estados Unidos, em forma de tratado internacional.

3 Nota dos organizadores do livro: o Coeficiente de Gini é comumente usado para medir a desigualdade de distribuição de renda.

4 Nota dos organizadores do livro: segundo informação do *site* do Senado Federal, a PEC 55/2016 (Proposta de Emenda à Constituição nº 55 de 2016) "institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade

governo federal, aquelas que não incluem efeitos de juros de empréstimos nas despesas, passem a ser reajustadas apenas pela inflação do ano anterior –, atualmente em discussão no Senado Federal, se aprovada, reduzirá expressivamente os recursos para a saúde e a educação nos próximos 20 anos. O salário mínimo ficará congelado no valor atual durante o mesmo período.

- Política de Saúde: o Ministro da Saúde do governo Temer, Ricardo Barros, inicia seu mandato declarando que “Precisamos diminuir o SUS”.

Outro aspecto que destaquei para ser considerado no debate foram as características e os desafios dos sistemas de saúde no mundo contemporâneo.

- Crise financeira: políticas neoliberais de austeridade financeira, com impacto grande no gasto público – crise dos sistemas públicos de saúde em vários países.

Social da União, que vigorará por 20 exercícios financeiros, existindo limites individualizados para as despesas primárias de cada um dos três Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União; sendo que cada um dos limites equivalerá: I - para o exercício de 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% e II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Determina que não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos: I - transferências constitucionais; II - créditos extraordinários III - despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições; e IV - despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes."

- Crise organizacional: mudanças na composição etária, com envelhecimento populacional, e mudanças tecnológicas e organizacionais.
- Doenças emergentes e reemergentes.
- Crises humanitárias de refugiados e crises climáticas.

Por fim, abordei especificamente a questão do território nos sistemas de saúde. Ele tem sido um importante referencial para se pensar modos de organização do cuidado de saúde mais próximos das pessoas, de sua cultura e de seus problemas. Geografia – neste caso, o local onde as pessoas residem – é um importante preditor do uso de serviços de saúde. Há variações nos perfis de necessidades de saúde em populações que vivem em áreas geográficas distintas, em função do clima e dos determinantes sociais e demográficos. Há evidência no Brasil de que residir em área mais rica aumenta a chance de uso dos serviços de saúde pelas pessoas mais pobres, em comparação com aquelas residentes em áreas mais carentes – mas não afeta as chances de uso dos mais ricos (Pinheiro & Travassos, 1999). No entanto, há uma parcela importante das variações geográficas no uso de procedimentos diagnósticos e terapêuticos que não se explicam por variações nas necessidades de saúde da população ou nas preferências dos pacientes. São características do sistema e particularidades do cuidado de saúde que vão, respectivamente, impactar a ocorrência de sub e sobreutilização de

procedimentos. A subutilização resulta da falta de acesso a cuidado de saúde necessário; a sobreutilização é o uso desnecessário de procedimentos e reflete problema na qualidade do cuidado. No entanto, a geografia não é capaz de prever se o cuidado de saúde recebido é adequado ou não (Brook, 2015).

Assim, o local de moradia afeta a saúde e as chances de usar serviços de saúde, mas de modo distinto conforme os níveis de renda das pessoas: depende do nível de riqueza local, da organização do sistema de saúde e de características associadas ao nível do microcuidado de saúde. Portanto, políticas de redução de desigualdades sociais no acesso e no uso de serviços de saúde, apesar de se beneficiarem ao focar no território, não serão capazes de alterar o perfil de desigualdades sociais no acesso se não forem acompanhadas de políticas abrangentes voltadas para equidade e, ao mesmo tempo, de ações que busquem mudar o microcuidado de saúde no sentido de melhorar a qualidade.

O que buscamos apontar para introduzir o debate foi que o contexto de política neoliberal, prevalente nos países ricos e com renovada expressão no Brasil, é praticamente incompatível com o princípio de equidade no acesso. O território, por si só, torna-se insuficiente para dar conta da questão da equidade no acesso a serviços e cuidado de saúde.

Referências

PINHEIRO, R.; TRAVASSOS, C. Estudo da desigualdade na utilização de serviços de saúde por idosos em três regiões da cidade do Rio de Janeiro. *Cad. Saúde Pública* [online]. 1999, vol.15, n.3, pp.487-496. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1999000300005>>

BROOK, R. **Redefining Health Care Systems**. Santa Monica, California: Rand Corporation. 2015.

Governança global em tempos de desigualdade e iniquidade

Paulo Marchiori Buss

Registro minha satisfação por ver um grupo de alunos movendo-se de forma organizadíssima na produção de um evento. Queria expressar minha satisfação também por estar compartilhando esta mesa com Claudia Travassos, minha amiga de muitos anos, e com o professor Giuseppe Cocco, quem vou aprender a conhecer e que certamente se transformará em um amigo nosso da Fiocruz.

Vou fugir um pouco do entendimento do território como espaço delimitado. Se é que existe um território global, estou neste. É muito importante discutir o tema da governança global neste momento de clara expressão de desigualdade e de iniquidades no mundo.

Se não temos hoje uma autoridade global central, a ONU (Organização das Nações Unidas), apesar dos seus 70 anos e de estar apresentando fadiga de material, ainda é um espaço de concertação de políticas e certos arranjos de governança. Obviamente, dominado

pelas forças conservadoras, que dominam todos os organismos internacionais, mas ainda com áreas para respirar. É o que pretendo mostrar como resposta da governança global a esse mundo cada vez mais desigual e iníquo.

Estamos vivendo uma crise sistêmica global, desde 2007/2008, que começa no circuito central da economia globalizada, isto é, Estados Unidos da América e países da União Europeia. Essa crise não se resolveu. O Brexit¹ – um erro político do primeiro ministro do Reino Unido, James Cameron, ao convocar o plebiscito em um mau momento – é uma amostra clara disso: os ingleses queriam resolver a crise e acharam que saindo da União Europeia conseguiriam. Mas não vão conseguir. Essa não é uma crise conjuntural, é sistêmica e estrutural do capitalismo.

Trata-se do aprofundamento de uma crise que, em última análise, era do capital financeiro privado, que sempre teve seus lucros apropriados pelas próprias instituições privadas e que, no momento da crise, socializou seus prejuízos. Todos nos tornamos

1 Nota dos organizadores deste livro: Brexit é a abreviação da expressão inglesa Britain Exit (“Saída Britânica”, na tradução literal). Refere-se ao plano que prevê a saída do Reino Unido da União Europeia (UE), votado a partir de um referendo popular (plebiscito) em 23 de junho de 2016. Com 51,9% dos votos, a maioria dos cidadãos britânicos optou pelo Brexit, contra 48,1% que apoiaram a permanência do Estado na União Europeia.

deficitários, porque os estados nacionais, com recursos públicos, foram cobrir os déficits da irresponsabilidade financeira dos bancos, no tratamento do crédito. Uma crise de bancos privados, que privatizaram os lucros e socializaram os prejuízos, vira uma crise de dívida soberana dos estados nacionais.

A receita para corrigir o problema foram políticas recessivas, com redução em todos os países do mundo de investimentos públicos e orçamentos sociais. Um dos quatro livros com os quais venho estudando esse cenário, chamado *Por que a austeridade mata* (*The body economic: why austerity kills*, de David Stuckler e Sanjay Basu, 2013), que recomendo, evidencia o que o ajuste fiscal traz como consequência para os sistemas sociais e para a saúde da população. Um outro, de Joseph Stiglitz (*O grande abismo: sociedades desiguais e o que podemos fazer sobre isso*, 2016), que também recomendo, destaca que já existiam, antes da crise, raízes mais profundas que eclodem entre 2007 e 2008 e que ele chama de “malefícios do processo da globalização”, referindo-se a um aprofundamento de crises latentes e pré-existentes. Stiglitz é prêmio Nobel de Economia (2001) e foi economista chefe do Banco Mundial – ou seja, alguém que não está do lado crítico ao capitalismo. Faz uma análise por dentro e tem se transformado em uma fonte interessante de compreensão da situação global.

É uma crise de múltiplas dimensões e impacta todos os países de diferentes formas. Nos primeiros anos da crise, os governos mais progressistas da América Latina resistiram, com políticas anticíclicas, para manter o gasto público e resistir à varredura brutal provocada pelo circuito central da economia capitalista globalizada e extravasada para as economias mais frágeis, não só as latino-americanas, como as do Sudeste da Ásia e as da África.

Houve enorme ampliação da pobreza e do desemprego – que é muito maior entre jovens. Avaliação da OIT (Organização Internacional do Trabalho) de 2013 apontava a existência de 200 milhões de pessoas sem trabalho no mundo. O Brasil vinha com políticas anticíclicas e nosso desemprego estava na faixa de 5-6%. Hoje são 11 milhões de desempregados. Ou seja, dos 200 milhões de pessoas sem trabalho no mundo, 11 milhões são brasileiros. E são, principalmente, jovens que investiram em educação – o que não os fez mais aptos ao mercado de trabalho, porque houve redução importante de postos pela crise desse mercado. Quem viaja de Uber, por exemplo, percebe isso ao perguntar a profissão dos motoristas: são profissionais liberais, como engenheiros e outros.

Os postos de trabalho, em muitos lugares, vêm sendo substituídos pelo trabalho infantil, cujo custo é menor. É o que se vê na indústria têxtil de Bangladesh e em outros países menos

desenvolvidos. O desemprego leva a um aumento do trabalho informal e precário, o que obrigou a OIT a lançar uma *Agenda do trabalho decente*, como enfrentamento dessa tragédia que se aprofunda com a crise do capitalismo central. A OIT não é um órgão das Nações Unidas, e sim parte do sistema – mas é tripartite, incluindo os segmentos dos trabalhadores e dos empresários.

No livro *O capital no século 21* (2014), o autor Thomas Picketty, assim como o próprio DESA (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas), aponta para uma concentração inédita da renda no mundo. Picketty – que não é um revolucionário, mas um defensor do aperfeiçoamento do capitalismo – afirma que, se não mudarmos o cenário, a tragédia virá, seja pela revolução no plano social, seja pelo próprio efeito da concentração de renda. Ele mostra, com dados consistentes, como essa concentração é nociva ao próprio desenvolvimento do capital e é algo a ser superado.

Não é preciso falar sobre o comprometimento ambiental enorme, em escala planetária, resultado de um modo de produzir e consumir que leva a uma poluição inédita e a mudanças climáticas hoje quase insuperáveis – embora tenhamos o esforço das reuniões em torno dos compromissos pela mudança climática, no Peru (2014) e, agora, em Paris (2016). Mas não temos, até o momento,

expectativa favorável de que essa tragédia planetária ambiental (numa era que alguns já intitulam de “antropoceno”) vai cessar – seja em relação à mudança climática ou à biodiversidade, por exemplo (ou seja, à manutenção de espécies necessárias ao equilíbrio biológico do planeta, sem o que corremos sério risco de sucumbirmos).

Estamos vivendo uma crise multifacetada. Não é só econômica, e sim com expressões brutais em outros campos. O campo ambiental sofre uma das principais consequências dessa forma de produzir e consumir, da qual temos reduzidas perspectivas de mudança. Por duas razões. Uma é que os países não pretendem mudar seu consumo e sua forma de produção. A conversão, por exemplo, do petróleo para outras formas de energia não interessa à poderosa indústria automobilística, uma das maiores poluidoras. Detroit, capital dos produtores de automóveis nos Estados Unidos da América, ou os produtores coreanos e japoneses, por exemplo, não pretendem fazer a mudança da matriz energética dos carros; o petróleo resolve bem, segundo eles. Muitos acham um erro o Brasil apostar seu futuro no pré-sal, uma forma de energia velha, quando temos a possibilidade de energia eólica e outras fontes de energia limpa.

Do ponto de vista ambiental global, as razões são econômicas, ligadas às formas de produzir, de consumir. Vendem-se muito facilmente outras razões para a crise ambiental, mas esta é, na verdade, profundamente ligada a interesses de grandes grupos industriais. Escrevi um texto sobre governança global – capítulo do livro *Saúde global e diplomacia em Saúde: Perspectivas latino-americanas*, que está por sair pela Editora Fiocruz –, no qual aponto que a própria indústria automobilística é fraudulenta ao extremo. A Volkswagen, por exemplo, está sendo multada em 15 bilhões de dólares nos Estados Unidos da América porque fraudou informações sobre controle de emissão de gases, com computadores adulterados. É apenas uma demonstração de como o *business* internacional, tal como o capital financeiro, tem comprometimentos sérios, éticos, contrários à própria regulação dos estados mais conservadores, dos estados poderosos, dos países desenvolvidos.

Essa crise global energética, ambiental, alimentar (temos problemas sérios com a produção e o acesso a alimentos no mundo) e, eu diria, acima de tudo, ética, tem consequências mais trágicas, mais importantes sobre os Estados frágeis, principalmente os da América Latina, Ásia, África e alguns estados insulares – embora hoje não se possa negar que os mais pobres nos países desenvolvidos também sofrem consequências.

A expectativa de vida ao nascer na África Subsaariana é de 53 anos, 27 anos menos do que em países de alta renda. Uma mesma espécie, seres humanos, vive 27 anos menos porque está em situação social e econômica distinta. Se isso não é crise ética, o que é? Há 925 milhões de pessoas registradas como tendo fome crônica pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), 885 milhões sem água potável, 2,6 milhões sem acesso a saneamento básico. Esses são apenas alguns exemplos que mostram as enormes desigualdades entre países e no interior deles mesmos. Sugiro, para aprofundar essa discussão, o *site* da UN DESA². Esses dados são de 2011, mas já há o relatório de 2016. Recomendo aos interessados em conhecer mais sobre a desigualdade e a iniquidade global que acessem esse documento. Há também o documento da Comissão Lancet/Universidade de Oslo³. Fiz parte dessa Comissão, na qual trabalhamos e estudamos essas informações e as diversas razões para esse cenário.

Claro que, na conjuntura política global, temos, paralelamente à dominação dos países hegemônicos, o surgimento de alguns países de economias emergentes, ou em transição. Os Brics

2 <http://www.un.org/development/desa/en/>

3 <http://dssbr.org/site/2014/02/publicado-o-relatorio-da-comissao-lancet-sobre-governanca-global-para-a-saude>

foram algo esperançoso, mas, hoje, países do bloco estão em uma crise similar, levados pela crise do circuito central. Já se discute o que essas potências emergentes, na verdade, estão representando. Temos a convivência do multilateralismo das Nações Unidas com novos arranjos de governança global, como o G-8 e o G-20, a emergência de novos arranjos de governança regional plurinacional, a União Europeia implodindo, e surgindo a União Africana e a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), ambas inspiradas na União Europeia – ou seja, inspiradas em um arranjo regional em processo crítico de implosão. Vamos ter problemas com isso. E a própria Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), que reúne países da Unasul e mais alguns, também começa a sofrer um processo crítico.

E temos, finalmente, a redução do poder político dos Estados-nações, capturados por megacorporações, principalmente financeiras, ou de grandes setores industriais, como a indústria farmacêutica. As representações dos países na OMS (Organização Mundial da Saúde), na verdade, respondem mais aos interesses dessas megacorporações, que têm suas sedes nesses países – como Estados Unidos da América, Austrália, Japão, e países da União Europeia – do que aos interesses da população. Essa questão da captura desses Estados por grandes setores industriais, muitas vezes, é um fato claro e que nem é

negado por essas representações internacionais – o que é mais cínico ainda. Isso é claríssimo na questão de medicamentos. Dizem que estão representando a importância econômica que a indústria farmacêutica tem em seu país e que não vão esconder isso de nós.

Houve transformações políticas no Sul. Passamos por uma renovação democrática – como a ocorrida na América do Sul, no Brasil, e em algumas democracias africanas –, e por uma reinvenção do papel do Estado no desenvolvimento. Porém, essas transformações no Sul provavelmente estão em risco agora. Mas posso dizer que ainda mantemos: a confiança em valores e autodeterminação nacionais; crescente consciência e reconhecimento social dos povos originários e das diversidades cultural, étnica, de gênero, de modos de vida, além do impacto de outros macrodeterminantes sociais da saúde. Emergem posições políticas de nacionalismos progressistas, combinados com o integracionismo para o fortalecimento das soberanias nacionais, o combate às desigualdades sociais e a democratização do Estado. Isso permanece, assim como a reemergência da cooperação Sul-Sul e a crise que chega à América Latina, a despeito das políticas anticíclicas.

Queria também chamar a atenção sobre a causa das causas. Não há fenômenos soltos. Eles têm a ver com o desenvolvimento capitalista e suas crises periódicas, crises purgativas, que moldaram

historicamente esse mundo desigual entre os países e entre classes e grupos sociais. Recomendo a leitura de David Harvey, geógrafo que escreveu um livro seminal, *O enigma do capital* (2010), falando nas paisagens da acumulação e mostrando como o fluxo do capital justifica tudo. E escreve depois da crise de 2007/2008. Essa sociedade de classes e o modo de produção e consumo em que vivem produzem desigualdade e exclusão e são ecoagressivos. Isso é um resumo do que procurei mostrar até aqui.

Quero homenagear quatro livros, fontes onde fui beber para dialogar com o tema da Saúde. *A crise financeira e econômica e seu impacto na saúde e bem estar social (The financial and economic crises and their impact on health and social well being)*, de Vicente Navarro; e os que já citei: *Por que a austeridade mata (The body economic: why austerity kills)*, de David Stuckler e Sanjay Basu; *O capital no século 21*, de Thomas Piketty; e *O Enigma do capital*, de David Harey.

E quero lembrar que temos, ainda, o movimento das ruas. O Podemos, na Espanha, o julho de 2013, no Brasil; a reação popular em vários outros países da Europa, África e Ásia. Nem tudo está perdido. Ainda temos a possibilidade das ruas. E, depois das ruas, a reflexão, a reorganização do pensamento. E, depois, novamente, a volta às ruas.

Se a sociedade civil não estiver organizada e questionando os arranjos que se fazem por cima, no Brasil e mundialmente, dificilmente o mundo vai se transformar. Temos que confiar no clamor das ruas e na organização pós-clamor – o que, no Brasil, terá que redundar em uma reforma política profunda. Isso é o mais importante a se cobrar, neste momento. Não uma reforma por cima, pelas elites, mas algo que passe, por exemplo, por uma nova Constituinte, exclusiva, voltada apenas à reforma política – é necessária uma Constituinte exclusiva, para não se correr o risco de perder os direitos sociais garantidos na Constituição, embora hoje ameaçados pelo Projeto de emenda Constitucional 241 (no Senado, renomeada como PEC 55⁴). Esse é um caminho que creio que

4 Nota dos organizadores do livro: segundo informação do *site* do Senado Federal, a PEC 55/2016 (Proposta de Emenda à Constituição nº 55 de 2016) "institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por 20 exercícios financeiros, existindo limites individualizados para as despesas primárias de cada um dos três Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União; sendo que cada um dos limites equivalerá: I - para o exercício de 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% e II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Determina que não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos: I - transferências constitucionais; II - créditos extraordinários III - despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições; e IV - despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes."

teremos que seguir. Claro que tem profundas implicações sobre a saúde e sobre os sistemas de proteção social.

Queria concluir dizendo que o debate nas Nações Unidas sobre a Agenda de Desenvolvimento 2030 transcende o interesse exclusivamente global, pelos impactos que os acordos internacionais firmados no âmbito das Nações Unidas têm sobre as políticas nacionais de desenvolvimento que, por sua vez, terminam por interferir significativamente na qualidade de vida e na saúde das populações de todos os países do mundo. Esses compromissos, mal ou bem, vão se traduzindo em compromissos nacionais, ou pelo menos servem de munição para os críticos dos programas de desenvolvimento – ou de não desenvolvimento – que acontecem ou não no interior dos países, para que haja cobrança política.

Queria mostrar também todo o espectro que levou à Rio +20, o documento *O futuro que queremos*, a agenda dos acordos de governança. E acho importante que quem tiver interesse se aprofunde no que é a Agenda 2030, busque o documento *Transforming our world* que está no *site*⁵ sobre determinantes sociais da saúde que organizamos. São os 17 ODSs (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), incluindo pobreza e segurança alimentar. O ODS que

5 <http://dssbr.org>

trata da Saúde (Objetivo 3) tem como enunciado: “Assegurar vidas saudáveis e promover o bem estar de todos em todas as idades”. Esse objetivo é bárbaro; o problema são os detalhes. Ao ser traduzido em metas, vemos que há reduzida ligação entre as metas propostas e o objetivo. Escrevi sobre isso em artigo recente dos *Cadernos de Saúde Pública (Saúde na agenda pós-2015: perspectivas a meio do caminho*⁶). Todas essas críticas que fazemos ao descolamento do maravilhoso objetivo de suas metas estão claras. É impossível chegar a esse objetivo pelas metas definidas no acordo internacional, principalmente no que diz respeito à questão de não haver qualquer orientação ou sinalização da importância de costurar na governança da implantação da Agenda 2030 a questão dos determinantes sociais da saúde. Continuamos com uma visão estanque dos vários setores. Enquanto se mantiver o descompromisso de outras políticas com seu impacto sobre a saúde humana, muito provavelmente vamos ter os resultados de sempre: vamos resolver algumas das metas, mas não vamos resolver o problema do desenvolvimento e da saúde.

O governo brasileiro apresentou, no ano passado (2015) o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, que é o possível plano de desenvolvimento do Brasil. Se compararmos isso com a Agenda

6 http://www.scielo.br/pdf/csp/v30n10/pt_0102-311X-csp-30-10-2035.pdf

2030, eu diria: é excelente o trabalho feito pelo Brasil. No entanto, o descompromisso do governo interino (de Michel Temer) é total com esse plano. Não sei o que vai ser feito com o PPA – que, a meu ver, seria a translação de uma agenda de desenvolvimento com que o Brasil se comprometeu para o concreto da sociedade brasileira. Só que isso foi apresentado em 2015, e a caro custo aprovado pelo Congresso na época. Não sabemos qual vai ser o futuro desse plano. Poderia ser letra morta, algo burocrático que o governo tem que cumprir, mas nós precisamos trabalhar com sinalizações de um plano nacional de desenvolvimento completo, articulado, coerente, a meu ver, a única forma de avançarmos harmonicamente – o que não significa que não haja conflito entre os setores – na direção do desenvolvimento, levando a um sistema de proteção social e de saúde melhor e mais coerente, e mais adaptado às verdadeiras necessidades da população.

As dimensões do capitalismo e o território subjetivo

Giuseppe Mario Cocco

Quero começar agradecendo pelo convite e parabenizando os alunos da pós-graduação. Tomara que vocês gostem do que eu vou falar. Em geral, tendo a aceitar esses convites para eventos que têm os alunos envolvidos na organização, porque essas iniciativas são o que há de melhor, são muito enriquecedoras. Ao observar que o debate era sobre território e saúde, pensei: “mas eu não trabalho com saúde!”. Com a introdução da professora Claudia Travassos e a brilhante apresentação do professor Paulo Buss, no entanto, vi que não estou muito deslocado em relação ao que preparei para vocês.

Uma pequena introdução: a crise. Estamos em uma crise feia, e essa crise é feia na medida em que é global e sulamericana, latino-americana. Acabei de passar uma semana no México, e lá conseguem ser mais complicados do que aqui. Então, a crise é global, mas também é brasileira e é carioca. A crise global tem uma dinâmica estrutural, de processo: a transformação do capitalismo, iniciada no

final da década de 1970. Mas tem um momento de inflexão, depois dessas décadas gloriosas da globalização mais recente: é a crise 2007-2008 e seus desdobramentos. Do ponto de vista global, estamos em pleno desdobramento dessa crise, que é muito preocupante. Temos, de um lado, a crise das formas de governança da globalização, e temos a guerra. Podemos falar do Brexit¹ e podemos falar dos atentados em Istambul. O que está acontecendo na Turquia, e não apenas na Turquia, é o que acontece na Síria, na Líbia, no Mediterrâneo, na Ucrânia, na Rússia, no coração de Paris: estamos em uma dinâmica na qual a guerra aparece no meio da crise global.

É importante, no entanto, descermos do global para o detalhe, para a dimensão específica. Se quisermos aprender tudo a partir da dimensão global, a tarefa fica inglória. Temos que descer, para o Brasil, para o Rio de Janeiro. Quando pegamos a crise no Rio, não podemos explicar tudo a partir do que está acontecendo no Brexit. Há algo que é específico daqui, do Rio, cidade-sede de um modelo que, a meu ver, fracassou.

1 Nota dos organizadores deste livro: Brexit é a abreviação da expressão inglesa Britain Exit (“Saída Britânica”, na tradução literal). Refere-se ao plano que prevê a saída do Reino Unido da União Europeia (UE), votado a partir de um referendo popular (plebiscito) em 23 de junho de 2016. Com 51,9% dos votos, a maioria dos cidadãos britânicos optou pelo Brexit, contra 48,1% que apoiaram a permanência do Estado na União Europeia.

Faço uma pequena provocação: entre os vários países que podemos citar, cabe lembrar da Venezuela, outra tragédia, que não podemos explicar apenas com base em uma dinâmica global. Tomara que o fim do socialismo do século XXI não vire a tragédia anunciada que todo mundo está esperando, um banho de sangue, na medida em que faltam as coisas básicas. Não podemos, quando estamos na universidade, pesquisando, e quando queremos transformar essa sociedade, produzi-la de outro jeito, evitar as questões mais difíceis e pegar atalhos. Essa cidade-sede está falida antes das Olimpíadas. Se os críticos do evento diziam que “depois das Olimpíadas e da Copa, vai chegar a conta”, ela chegou antes. Precisamos ver isso.

Em termos de introdução, digo, então, que em 2007-2008, quando a crise do capitalismo estourou, pensou-se em 1929. É uma crise comparável, e, ao mesmo tempo, completamente diferente. Infelizmente, a dimensão comparável, relativa à importância e à gravidade, confirma-se agora, quase dez anos depois de seu início. Ao mesmo tempo, já naquela época dizia-se que o capitalismo estava esgotado, e procurava-se explicação em Karl Marx. Ótimo. Só que todo mundo volta a Marx sem voltar, no sentido de que Marx vira uma marca para se dizer que o capitalismo acabou, que precisamos fazer outra coisa, ainda que não se saiba o quê.

O importante em Marx é toda a análise que faz do capitalismo industrial no momento em que este se afirmava. A potência do pensamento de Marx está no fato de que ele viu em algo embrionário uma tendência; viu que o que acontecia naquele punhado de indústrias na Inglaterra iria atravessar o mundo. A outra contribuição de Marx foi apontar que as contradições desse capitalismo que explora, que traz desigualdades, precisam ser vistas dentro dele, dentro e contra, e não fora. Ele observava essa dinâmica ao tratar dos indígenas do Novo Mundo, do México, invadido e ocupado pelos Estados Unidos da América.

Então, voltar a Marx no âmbito da crise não significa explicá-la a partir das análises que ele fazia do capitalismo de sua época, do capitalismo industrial, mas pegar o *método* dele, o método da tendência e, ao mesmo tempo, o trabalho que propunha sobre a subjetividade, o que conforma essas contradições. Marx dizia que a classe operária, ao passo que era explorada, era também vetor de transformação.

Outro autor importante que não era crítico, mas reformista, do capitalismo foi John Maynard Keynes, inventor da macroeconomia. Em 1919, quando ele decidiu sair da comissão britânica que negociava a paz adversária em Paris – impondo à Alemanha todas as condições draconianas que criaram a hiperinflação, o desemprego e o

revanchismo, sobre os quais constituiu-se o nazismo –, ele escreveu um panfleto sobre as consequências econômicas da paz, no qual antecipou que, se tudo continuasse naqueles termos, iria terminar muito mal. Depois, ele se tornou o grande teórico da macroeconomia, uma das referências do *New Deal* americano. Keynes, no entanto, estava antecipando em 20 anos o que iria acontecer, infelizmente, em 1939, com a Segunda Guerra Mundial. As consequências econômicas da paz seriam uma outra guerra.

Até aqui, fiz uma introdução. Vou fazer minha apresentação em duas partes. A primeira será um pouco mais teórica, podendo parecer um tanto abstrata, uma vez que não tratarei especificamente de um determinado país. Depois, teremos uma série de exemplos e um espaço para debate. Temos que começar a análise a partir da crise carioca, que está só começando. As pessoas não estão sendo pagas, a economia está “indo para o saco” etc. O que aconteceu no Brasil depois da crise de 2007-2009 foi exatamente o fracasso de uma política anticíclica. Passamos a ter, então, um duplo problema, no qual penso que reside a complexidade da nossa situação: temos a crise do neoliberalismo e a crise da ilusão neodesenvolvimentista. Nenhuma das duas é democrática. Aliás, o governo passou de uma para outra de maneira cínica, porque o ajuste desajustado não foi o governo interino que fez, foi o governo suspenso, de Dilma Rousseff.

Vejo no presente um grande consenso sobre a necessidade urgente de uma reforma política constituinte, talvez nossa única saída – embora ninguém saiba como isso pode acontecer. Digamos que, do ponto de vista do debate teórico, da reflexão crítica, uma das grandes razões para essa inadequação das políticas de transformação, reformistas, dentro da crise do capitalismo global é a recusa sistemática de se analisar o novo regime de acumulação do capitalismo contemporâneo. Com todas as experiências dos países do ciclo progressista – desde Venezuela, passando pelo Brasil e chegando na Argentina –, e com o esgotamento previsível há uns dois ou três anos, a previsão era de que todos iriam entrar nesse ciclo, amadurecidos com algumas derrotas eleitorais.

Sempre busquei falar de um novo regime de acumulação para explicar o novo capitalismo. Mas também nunca trabalhei suficientemente o que estou trabalhando agora: uma realidade gigantesca, que é a China (sempre esquecemos a China). Sobretudo agora que vamos virar chineses, é importante estudar a China. Só para se ter uma ideia, quem paga agora o *cash flow* da Petrobras, maior empresa brasileira, é a China. A China é um dos fatores fundamentais da queda do muro de Berlim e da implosão da União Soviética (Aliás, um livro muito bom, que mostra como o poder funciona, é o de Henry Kissinger, *Sobre a China (On China)*, que

explica o conflito sino-soviético, que quase virou uma guerra atômica mundial, a terceira guerra mundial, quando a China começou a ter relações diplomáticas sigilosas com os EUA).

A reação neoliberal, que foi organizando completamente o capitalismo, começou nos EUA, no início da década de 1970, e resultou em grandes decisões, que podemos resumir a três. Primeiro, a declaração da guerra contra as drogas – e aqui estamos: a guerra contra os pobres legitimada pela guerra contra as drogas, a partir dos acordos das Nações Unidas. Segundo, a declaração da inconvertibilidade do dólar, portanto, o reconhecimento da dimensão política da moeda, que não tinha mais lastro, a não ser os porta-aviões. E terceiro, a abertura e a regularização das relações diplomáticas, sobretudo econômicas, em certo momento com a China. Portanto, quando tratamos de produção, de trabalho, de precarização etc., temos que pensar a China. Quem precariza tudo é a China, do ponto de vista do trabalho industrial. É China que explica tudo, e não apenas.

Não quero explicar de onde vem essa recusa em analisar a transformação do regime de acumulação, porque ela sempre existiu. Estou falando de uma recusa do ponto de vista da pesquisa e de um campo crítico, que me parece um pouco hegemônico aqui, mas que certamente não existe no âmbito da economia, da maioria do trabalho

universitário, que ao contrário, acontece dentro do mesmo padrão neoliberal, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista da economia. Essa recusa tem um grande problema geral: na passagem do capitalismo industrial para o global, não abarca uma questão fundamental – a questão dos direitos.

Gosto de brincar dizendo que essa diferença está no fato de, no capitalismo industrial – um regime de exploração organizado em torno do taylorismo e do fordismo, tendo como padrão a indústria automobilística e as economias fundamentalmente nacionais, embora integradas – ter nos direitos um terreno de conquistas, que passavam pela explicitação da ambivalência do trabalho. Fundamentalmente, eram direitos trabalhistas. Ser empregado, ter um trabalho assalariado, era ser explorado por um regime cada vez mais intensivo, jogado do lado da mais valia relativa. E, ao mesmo tempo, a partir da década de 1930 e da experiência do *New Deal*, havia uma contrapartida, a organização sindical e uma legislação trabalhista, que abria a possibilidade de conquistar direitos que dependiam do fato de ser integrado, a possibilidade de passar da condição de excluído, pela proletarianização, a integrado em um regime de direitos e de proteção social.

Precisamos dizer que o nazismo também pensava os direitos trabalhistas. A Volkswagen é uma indústria nazista, e que significava

o carro popular, o fusca. O nazismo, que nasceu contra a classe operária organizada, para massacrá-la e exterminá-la, tinha uma política social não muito diferente da do fordismo. Era intervencionismo também.

Passamos desse capitalismo para outro capitalismo, onde estamos. Vou tentar fazer uma descrição dele. Para este capitalismo, precisamos pensar o trabalho dos direitos, e não mais os direitos do trabalho; não mais o acesso ao território, mas a produção do território. Como esse capitalismo funciona? A meu ver, o neoliberalismo é apenas o seu regime discursivo, político, acadêmico. Esse capitalismo tem um modo de funcionamento material, um modo de regime de acumulação. Não adianta pensar que você conquista um governo pelas eleições, ocupa o Estado em parte, e substitui a hegemonia do discurso neoliberal pela hegemonia neodesenvolvimentista. O capitalismo é sempre esse, então, é preciso lidar com ele. Não é por acaso que o presidente do Banco Central nos dois primeiros governos Lula é o atual ministro da Fazenda. Não é um oportunismo, é a dimensão material de governar com um capitalismo que tem esse tipo de característica, no centro e na periferia. Até porque uma das características fundamentais do capitalismo é que ele vai misturando centro e periferia: a periferia está no centro, e o centro, na periferia. A guerra está na Síria, mas

está em Paris também. A guerra contra as drogas está na periferia francesa, como está aqui em Manguinhos.

Esse capitalismo tem três características fundamentais. A primeira é que ele é global, o que significa dizer que é organizado em redes. A indústria automobilística hoje, que se chama Volkswagen, é organizada entre os vários continentes; produção *just in time*, enxuta, mas de maneira global. Isso que significa que passar subsídios à indústria automobilística, como foi feito aqui, é um ledo engano, porque essa indústria não tem qualquer característica nacional. É ilusório pensar que se vai determinar uma espiral virtuosa de tipo keynesiana, de emprego de qualidade, com repasse de subsídio para indústria automobilística. Isso apenas satura as cidades – como já estão saturadas. Quando cheguei ao Brasil, 20 anos atrás, o Rio de Janeiro já estava meio saturado, mas uma cidade do Nordeste ainda não. Agora está tudo saturado. Dizer que o capitalismo é global é dizer que ele está organizado em redes. Pode haver hoje uma crise da globalização muito grave, que as redes continuam! E as redes ainda juntam, desterritorializam e territorializam sistematicamente, sem que isso signifique o desaparecimento dos territórios. Justamente com esses efeitos de atravessamento, inclusive pela renda, ocorre a desterritorialização e a territorialização. Até as políticas de saúde viraram globais.

A segunda dimensão desse capitalismo é que ele é ligado a uma produção de valor intangível, para a qual é necessário trabalho material. O valor daquilo que usamos como vestimenta, como calçado etc., é fundamentalmente um valor ligado ao conhecimento, que produz outro conhecimento. Não se trata mais do uso do conhecimento para produzir mercadoria, mas do conhecimento que produz conhecimento. Qual? Fundamentalmente, formas de vida; o que o capitalismo atual vende são formas de vida. E a única maneira de produzir formas de vida é a partir das formas de vida.

Um exemplo banal é o das chinelas havaianas. O valor das havaianas não é o plástico, mas tudo de imaterial que o produto reúne. No capitalismo industrial, o valor das havaianas, do ponto da dimensão material, representava 50%-60 % do produto. Hoje, o valor, do mesmo ponto de vista material, do plástico utilizado, é 3% ou 4% apenas. O resto é *marketing*, *design*, rede logística de produção, de distribuição, publicidade, um montão de coisas. Esse valor é intangível, relativo ao trabalho imaterial. A tendência é que toda produção seja uma circulação, exatamente desde a indústria automobilística à produção de roupas.

Essa circulação implica, por um lado, a estruturação produtiva de territórios e, por outro, uma mobilização da vida, o tempo todo. A produção, no modo foucaultiano, é uma bioprodução,

uma produção biopolítica, formas de vida a partir de formas de vida. Nesse capitalismo, portanto, as finanças não são desvios. Primeiro, porque o capitalismo sempre foi financeiro. O capitalismo tem essa capacidade de capitalizar, lidar com juros, jogar o dinheiro no futuro e fazê-lo virar crédito – veja-se o crédito consignado.

O diferente hoje é que as finanças não são mais fundamentais no financiamento da produção industrial, e sim um instrumento de governança. O que significa dizer que as finanças são governança? Em primeiro lugar, significa que não há como afirmar que se vai voltar ao capitalismo real e diminuir a especulação financeira. Em segundo lugar, que a mudança fundamental – e aqui chegamos no cerne da crise 2007-2008 nos Estados Unidos da América – está no fato de que, no capitalismo industrial, a mobilização do trabalho era uma mobilização assalariada, tempo de trabalho contra salário. No capitalismo contemporâneo, do Uber, a mobilização passa por fora do trabalho assalariado. O trabalho hoje é uma relação de débito e crédito. O trabalhador é alguém endividado. Para trabalharmos e termos o Uber, temos que ter educação, telefone, saúde, tudo isso. Temos que produzir o nosso capital social, usando as teorias do neoliberalismo, que vêm da década de 1960. Temos que produzir o nosso capital humano, o nosso capital social. Temos que produzir e trabalhar, para poder trabalhar.

Temos que residir em locais com alta conectividade, temos que ter computador, boa saúde, circular pela cidade, porque trabalhamos cada vez mais por projetos – portanto, passando de lugar para outro, porque trabalhamos em territórios diferentes, pelo Brasil afora, na Europa etc. Ao mesmo tempo, isso tudo foi privatizado: telefonia, saúde, educação. Nossa renda, nosso salário, estão precarizados, sempre diminuindo e, ao mesmo tempo, temos que pagar tudo isso. Vive-se a ilusão de que as finanças, nos transformando em homens endividados, vão conseguir oferecer – como ofereceram nos Estados Unidos da América, a jovens, imigrantes, trabalhadores precários – uma boa habitação. A crise do *subprime* é absolutamente isso: ter resolvido a questão do acesso, fundamental ao consumo produtivo, pelo crédito. E quando não se conseguia mais pagar o crédito, fazia-se um crédito sobre o crédito. Até quebrar.

Estamos em uma situação de crise que é tão grave quanto a de 1929. Não porque são iguais. A de 1929 era uma crise relativa à produção. Funcionários reais permitiram aos operários, que fabricavam os carros e os bens de consumo duráveis, comprá-los e, depois que os carros eram comprados pela classe média, não tinha mais para onde vender, levando a uma desvalorização. O que acontece hoje é que os trabalhadores precarizados, que trabalham em

uma relação de débito e crédito, não conseguem mais pagar a produção de si mesmos como sujeitos produtivos. E chega-se a um ponto em que isso determina uma quebraadeira generalizada.

Um segundo desdobramento, que está no cerne desse, é que trabalho é produção de subjetividade. Isso significa que o que antes era uma característica do trabalho ligado à dimensão intelectual, relacional, comunicativa, hoje vira o modelo do trabalho em geral. E, ao mesmo tempo, nós que ainda temos estatuto – e isso vai acabar rapidamente com o governo interino de Michel Temer – somos submetidos a mecanismos relacionados a essa precarização e flexibilização, que têm o nome de Qualis, de produtividade, de Sucupira, de Lattes... A revista com Qualis A, Qualis B... O terreno fundamental hoje da produção de valor e da mobilização do trabalho é a produção de subjetividade. Nesse ponto de vista, a questão da doença mental torna-se central, inclusive do ponto de vista da mobilização do trabalho e da cidadania.

E a terceira dimensão é que o território, na sua articulação com a comunicação, torna-se hoje o novo espaço de produção. Não o território dado, não o território vazio, a ser ocupado por uma grande barragem, com uma grande indústria como a de Santa Cruz, ou a ser ocupado pelo planejamento centralizado, ou pelo o que seja da grande indústria, do *global player* – mas o grande território como

rede, como dinâmica de constituição. Constituídas por que e por quem? Pelo trabalho, que se transforma em comunicação, cada vez mais. Então, quais são as consequências disso? É que o capital hoje se organiza em redes, e a fábrica é a Fiocruz, é a UFRJ, é o Museu do Amanhã. Essas instituições desenham o território. E também as fábricas materiais, onde eventualmente tem um boliviano ilegal que produz roupas para a marca espanhola Zara – pegando exemplo recente no interior de São Paulo.

Quando se verifica a operação do Ministério Público Federal de repressão do trabalho escravo no Brasil contemporâneo, o que se encontra? Que uma roupa vale 1% ou 2%, do ponto de vista do trabalho material. Isso é, absolutamente, subjetividade. Comunicação, moda, logística, rede, subjetividade, inclusive, do trabalhador imigrante. Sua subjetividade implica que ele compare a situação na qual está com a situação de onde vem e para onde vai. Sem a subjetividade não é possível conseguir que ele lide com a situação de ilegalidade. Estamos numa situação na qual o capital se organiza entre as redes e ruas, mas o trabalho também. Só que ele é completamente diferente.

O espanto dos sociólogos, cientistas sociais e de alguns filósofos e politólogos diante de junho de 2013 é proporcional à incapacidade de entender a transformação ontológica do trabalho que

ocorreu também no Brasil. Movimentos como o MBL, que começou com a luta pela redução dos 20 centavos e o passe livre, hoje não se referem mais apenas ao direito à cidade. Não se trata mais do direito a um transporte que leva ao posto de trabalho, ao trabalho assalariado, do seu bairro dormitório para o bairro da fábrica. O transporte, hoje, a circulação, é terreno de produção. Por isso, esses garotos alcançaram – claro, sem ter consciência disso, porque o objetivo era muito específico, como era específico aquele dos operários, da primeira greve metropolitana – essa empatia geral e essa capacidade de fazer tremer a terra antes que a crise se explicitasse. No Brasil, tivemos essa oportunidade gigantesca de antecipar a crise dentro da qual estamos, a partir desse momento constituinte, que era completamente progressista, que oferecia todos os termos para um aprofundamento reformista que fosse para frente, e não para trás. Mas politicamente não se quis, e isso foi transformado, assim como teoricamente não havia os instrumentos e ferramentas para apreender isso.

Esse capitalismo aumenta as desigualdades, mas não é excludente. Para o capitalismo, a questão é explorar e acumular; não há um sádico na organização do capital. Estamos dentro do capitalismo, não é o capitalista que está em algum lugar. Esse capitalismo inclui todo mundo. Só que essa inclusão não é mais

organizada em torno da transformação do pobre em proletário e do proletário em operário. Ela mobiliza e inclui o pobre como excluído, mantendo sua exclusão. Antes, para você ter um telefone, tinha que ter um emprego aqui na Fiocruz, por exemplo, atravessando de Manguinhos pra cá. O que aconteceu é que o telefone atravessou o bolso de todo mundo em Manguinhos, mas sem que Manguinhos se transformasse num bairro operário, urbanizado segundo os moldes da reforma urbana. Então, esse capitalismo inclui todo mundo. Começou com a inclusão de bilhões de chineses. Inclui para explorar. Essa exploração de um jeito diferente, de tipo imaterial, cria esses níveis incríveis de desigualdade.

Ao mesmo tempo, o capitalismo cria e constitui dentro dele dinâmicas de organização de tipo novo. E vejam bem, nós sempre esquecemos que a primeira dessas acampadas – como a ocorrida na praça Puerta del Sol na Espanha em 2011, no Movimento dos Indignados – foi em 1989, na China. E essa acampada foi massacrada. Mas era a antecipação de um novo ciclo de lutas, como o dos operários da Polônia, na época do socialismo, que antecipou a queda do Muro, do socialismo com o bloco ocidental.

Quis lembrar uma outra maneira de pensar a China, e de pensar essa crise na qual estamos, e que é angustiante, sobretudo para nós que vivemos aqui no Rio de Janeiro, e que, depois das

Olimpíadas, vai piorar. Temos essa última esmola de R\$ 3 bilhões para segurança, depois acabou... Todo mundo desempregado, ninguém é pago e pronto. Mas, dentro disso, há uma dinâmica capaz de produzir um novo território e uma nova comunicação.